

# **O estudo da preferência reprodutiva entre homens e mulheres: diferenciais entre o número desejado de filhos e a parturição no contexto brasileiro\*.**

**Gabriela M. O. Bonifácio<sup>†</sup>**  
**Marília R. Nepomuceno<sup>‡</sup>**

## **RESUMO**

O declínio da fecundidade e a modificação do tamanho das famílias, na sociedade moderna atual, têm levantado questões concernentes à preferência reprodutiva e sua implementação. No entanto, poucos estudos atribuem a relevância merecida ao papel dos homens no que tange a esse aspecto, em grande parte devido à falta de dados, causada, por sua vez, pela escassez de marcos teóricos para seu estudo. Contudo, quando se trata de casais e formação familiar, a decisão de ter filho e de quando tê-lo implica uma resolução tanto do homem quanto da mulher. E é sabida a frequência com que ambos se divergem quanto ao número ideal de filhos; o que é pouco conhecido é o impacto que isso tem na parturição final e conseqüentemente na definição dos perfis reprodutivos no curto e médio prazos, principalmente se, como acontece em países como o Brasil, os padrões reprodutivos se distinguem nos diversos estratos socioeconômicos da população. Nesse sentido, esse trabalho busca realizar um estudo comparativo entre o número ideal de filhos para homens e mulheres casados formalmente, ou em união consensual, e férteis, a fim de entender como a preferência de cada um afeta a parturição final do casal, segundo uma caracterização socioeconômica. Para tanto, se recorrerá aos dados da PNDS de 1996, disponíveis para homens e mulheres. A análise será feita, primeiramente, relacionando o número ideal de filhos considerados por cada um dos membros do casal, segundo características socioeconômicas selecionadas. Em seguida, se verificará como a declaração desse número ideal, pelos cônjuges, afeta a parturição (total de filhos tidos). Espera-se, com isso, definir o papel que o homem exerce na fecundidade, demonstrando que o ideal masculino do tamanho da família influencia a parturição final do casal, e ressaltar o papel do contexto social no processo reprodutivo.

## **1. INTRODUÇÃO**

A modificação do tamanho das famílias, caracterizada pela redução do número de filhos tidos, é um traço da sociedade moderna atual e tem como uma das principais causas, apontada pela literatura, a impossibilidade de a mulher conciliar a maternidade com as expectativas e responsabilidades de uma vida moderna, que inclui a realização profissional. Nesse caso, a

---

\*Trabajo presentado en el V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Montevideo, Uruguay, del 23 al 26 de octubre de 2012.

<sup>†</sup> CEDEPLAR/FACE/UFMG; [gabriela@cedeplar.ufmg.br](mailto:gabriela@cedeplar.ufmg.br)

<sup>‡</sup> CEDEPLAR/FACE/UFMG; [mariliare@cedeplar.ufmg.br](mailto:mariliare@cedeplar.ufmg.br)

implementação da sua preferência reprodutiva ficaria comprometida, haja vista o cerceamento do número de filhos tidos, levando ao contínuo decréscimo da fecundidade. Esse cenário é frequentemente desenhado em estudos que tratam das relações de gênero e o processo reprodutivo, a fim de destacar as desigualdades entre homens e mulheres, tanto na sociedade quanto no próprio domicílio, e como isso afeta a decisão dessas últimas quanto à reprodução<sup>1</sup>.

Conquanto tais desigualdades entre homens e mulheres tenham um impacto no comportamento reprodutivo e, conseqüentemente, na fecundidade, o número final de filhos tidos não é resultante apenas da decisão da mulher como indica o cenário supracitado, mas sim do casal, já que as intenções reprodutivas do homem também influenciam na determinação do tamanho da prole (Thomson & Hoem, 1998; Forste, 2002; Coombs & Chang, 1981). E a importância masculina para o estudo da fecundidade, embora somente recentemente tenha sido reconhecida, já era defendida nos anos 70, por exemplo, quando muitos países ainda estavam iniciando o processo de transição para baixos níveis. Ryder, em seu trabalho crítico acerca das pesquisas nacionais sobre fecundidade, em 1973, chamava a atenção para o fato de que o universo de estudo dessas pesquisas era focado nas mulheres, cabendo aos homens uma posição marginal, cujos dados eram captados apenas por meio das declarações das entrevistadas (Ryder, 1973, p. 497).

Assim, ao omitir os desejos ou intenções dos homens no estudo das tendências da reprodução e da fecundidade, podem-se obter informações obscuras, que encobrem a verdadeira relação entre desejos e intenções reprodutivas e a realidade observada (Thomson, 1997, p. 343). O processo de formação familiar, envolvendo a decisão de ter filhos, deve ser analisado, portanto, sob a perspectiva do casal – e não apenas da mulher – a fim de evitar um estudo parcial que pode ocultar a ação de fatores que interferem nesse processo e que estão além do universo feminino. Isso porque a fecundidade reflete a resolução tanto do homem quanto da mulher na implementação das preferências reprodutivas, estando esta resolução baseada nas condições sociais e econômicas a que cada um se encontra submetido, impactando no alcance do número ideal de filhos (Puur et al. 2008; Testa et al., 2011).

Devido, em grande parte, à escassez de dados de boa qualidade coletados para o casal, seguindo uma periodicidade definida, é que há poucas evidências sobre o efeito que os objetivos reprodutivos dos cônjuges têm na parturição final e, conseqüentemente, na definição dos perfis de fecundidade no curto e médio prazos. Dessa maneira, as análises acabam por focar somente nas mulheres, para quem há dados disponíveis. E essa lacuna agrava-se em

---

<sup>1</sup> Sobre esse assunto ver, por exemplo, McDonald, 2000; Shimada, 2009 e Sobotka, 2002

contextos como o Brasil, onde os padrões reprodutivos se distinguem nos diversos estratos socioeconômicos da população, como reflexo da inserção diferenciada de homens e mulheres na sociedade.

O presente trabalho, nesse sentido, busca contribuir para o aprofundamento do papel do casal nos estudos de fecundidade e reprodução no Brasil, oferecendo insumos empíricos que permitam compreender em que medida o contexto brasileiro influencia o número ideal de filhos declarado entre os esposos, e como a declaração de cada um orienta a parturição final do casal. Parte-se, por conseguinte, da hipótese de que o contexto socioeconômico e demográfico brasileiro relaciona-se intrinsecamente com as perspectivas do casal no que tange à reprodução, e são essas perspectivas que vão definir o tamanho final da prole.

Dessa forma, será possível entender que a localização dos casais nas camadas socioeconômicas tem importância para o delineamento de intenções e desejos reprodutivos de cada uma das partes, já que espelha a inclusão de homens e mulheres – bem como sua percepção sobre o seu papel – na sociedade. E, assim, a influência do homem na reprodução poderá ser captada, principalmente, quando o seu ideal de tamanho familiar prevalecer sobre o da esposa, atingindo diretamente o número final de filhos tidos.

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), realizada no Brasil, em 1996, é a pesquisa amostral sobre saúde sexual e reprodutiva mais recente que engloba um questionário para os homens no país, além do questionário para a mulher, permitindo, assim, ter acesso às informações sobre o comportamento reprodutivo do casal. Por esse motivo é que se recorrerá aos dados dessa pesquisa para casais (casados formalmente ou em união consensual) cuja esposa tenha idade acima de 35 anos, e que ambos sejam férteis, dado que o universo de estudo será casais que tenham condições biológicas de ter filhos, e estejam próximos, ou já final, do período de reprodução feminino. A análise será feita relacionando, primeiramente, o número ideal de filhos, considerado por cada um dos membros do casal, com as características socioeconômicas e demográficas selecionadas como escolaridade, status marital e de chefe domiciliar, e, em seguida, a declaração desse número ideal com a parturição final. Isso porque mesmo os dados se referindo a um período relativamente antigo, 1996, podem contribuir para o entendimento do comportamento sexual e reprodutivo dos casais de hoje, já que famílias constituídas pelos dois membros do casal ainda são a maior proporção dos arranjos familiares no país, e as relações de gênero continuam exercendo grande influência no comportamento reprodutivo de homens e mulheres.

Através desse estudo, intenta-se demonstrar que as relações de gênero, imersas em um cenário social definido, têm uma preponderância na determinação do comportamento reprodutivo no Brasil. E que isso afeta sobremaneira a tendência de declínio da fecundidade vivenciada no país, mas que é pouco analisada sob a perspectiva do casal, incluindo as intenções reprodutivas do homem, que exercem um papel importante nesse fenômeno, indo além de uma influência marginal.

## **2. A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO NOS OBJETIVOS REPRODUTIVOS DE HOMENS E MULHERES, E A INFLUÊNCIA DESSES OBJETIVOS NA REPRODUÇÃO DO CASAL: UMA BREVE ANÁLISE**

Quando se trata de saúde sexual e reprodutiva e fecundidade, a maioria dos estudos e pesquisas existentes utiliza os resultados encontrados, considerando apenas a mulher, para explicar um comportamento que envolve o casal, como a decisão de ter filhos e de quando tê-los. Existem diversos fatores usualmente empregados para justificar a focalização na mulher dentro desses temas: são as mulheres que ficam grávidas; dentro do casal, acredita-se que as mulheres são mais motivadas que os homens a controlar a fecundidade (Becker, 1996, p. 292); o fato de o casal dar respostas semelhantes a diferentes questões relacionadas aos temas mencionados, embora os homens tendam a subdeclarar a sua fecundidade (Morgan, 1985; Forste, 2002); decisões relacionadas aos filhos serem, geralmente, de domínio da mulher, cabendo aos homens um papel secundário (Forste, 2002; Sorenson, 1989).

Muitos desses fatores são amplamente verificados em sociedades tradicionais, marcadas pelo modelo *breadwinner* de constituição familiar, cuja característica principal é a diferenciação dos papéis do homem e da mulher, em que o primeiro é responsável por ser o provedor e protetor enquanto a segunda é encarregada de ser a cuidadora e reprodutora (McDonald, 2000). Assim, nesse tipo de sociedade, a influência da mulher no comportamento reprodutivo do casal é maior que a do homem, principalmente quanto ao ideal de tamanho da prole (Freedman et al., 1980; Thomson, 1997; Coombs & Chang, 1981). A dependência econômica e social da mulher em relação ao esposo no presente e em relação aos filhos no futuro, além do status que ela adquire, nessa sociedade, ao ter filhos, mais precisamente filhos do sexo masculino, faz com que o seu interesse seja relevante nas questões de reprodução e suas intenções tenham maior poder nessa esfera, enquanto que ao esposo cabe a palavra final nos outros assuntos ligados à vida do casal (Coombs & Chang, 1981; Thomson, 1997; Thomson

& Hoem, 1998). Dessa maneira, as intenções reprodutivas do casal são mais representativas das intenções da esposa, conquanto ambos tendam a concordar, com grande frequência, sobre atitudes concernentes à fecundidade (Morgan, 1985; Coombs & Chang, 1981). No entanto, cabe ressaltar que, quando há diferenças nas intenções reprodutivas entre o casal, a decisão do homem tende a prevalecer na parturição final se ele deseja menos filhos que a esposa, e a decisão da mulher tende a prevalecer se é ela quem deseja menos filhos (Freedman et al., 1980) ou quando envolver fecundidade positiva (Testa et al., 2011).

Em sociedades menos tradicionais, por outro lado, há o predomínio de um padrão de formação familiar cujo papel da família e cujas normas e atitudes associadas com a maternidade/paternidade e com o valor da criança se divergem consideravelmente do modelo *breadwinner*, se refletindo nas transformações ocorridas no casamento e na composição e tamanho dos domicílios (Philipov et al, 2009; Becker, 1991; Frejka e Sardon, 2007). Nesse tipo de sociedade, em que a mulher não mais exerce o papel exclusivo de reprodutora e cuidadora da família, mas integra ativamente âmbitos outrora legitimamente masculinos, as aspirações reprodutivas do casal se interagem com a maior independência e poder de barganha da mulher dentro do domicílio, e com o aumento da participação masculina na esfera doméstica (Puur et al., 2008). Assim, a ênfase na autonomia e satisfação pessoais, além de uma maior igualdade de gênero, faz com que os desejos e intenções de ambos os cônjuges tenham igual influência na determinação do comportamento reprodutivo do casal (Thomson et al., 1990; Thomson, 1997; Thomson & Hoem, 1998). E isso se reflete na parturição final, que é, em boa parte dos casos, diferente do número inicialmente desejado pelos parceiros, e pode advir da atuação das preferências conflitantes (Freedman et al., 1980).

O fato do tamanho idealizado de família ser distinto quando se considera os cenários tradicionais e não tradicionais, responde às posturas que homens e mulheres assumem tanto na sociedade quanto na família. Isso ocorre porque as intenções reprodutivas correspondem à racionalidade individual, que é moldada segundo as características, conhecimento e atitudes do próprio indivíduo, e prediz o seu comportamento em relação à reprodução (Becker, 1996; Thomson et al., 1990). Essa racionalidade é, portanto, influenciada pelo *background* do indivíduo, e afeta diretamente as suas intenções. No caso dos homens, por exemplo, Puur et al. (2008) demonstram, em um estudo realizado para alguns países europeus, que aqueles com uma visão e atitude mais igualitária, possuem aspirações de fecundidade mais elevada do que aqueles com uma orientação mais tradicional. Situação semelhante é verificada para as mulheres: aquelas que estão envolvidas com grande parte do trabalho doméstico, ou ainda,

que trabalham em casa e também trabalham um elevado número de horas no emprego pago e/ou têm um ou mais filhos, apresentam as menores intenções reprodutivas (Mills et al., 2008). Nesse sentido, à medida que os cônjuges se distanciam quanto ao *background*, eles também se distanciam na racionalidade e, com isso, nas suas intenções reprodutivas. Daí, a possibilidade de haver casais que discordam sobre ter filhos.

E quando essa circunstância ocorre, nas sociedades menos tradicionais, o risco de ter um filho tende a ficar entre o risco para casais em que ambos desejam um filho e para casais em que ambos não desejam (Testa et al., 2011), mas a parturição, para esses casais em discordância, é mais próxima daquela para casais que concordam em não ter mais filhos (Thomson, 1997; Thomson & Hoem, 1998), como consequência de uma negociação entre as partes, mas que tende a favorecer o lado que não deseja ter (mais) filho.

O exame sucinto das intenções reprodutivas do casal, dentro desses cenários, demonstram que a influência do homem e da mulher, nas decisões de fecundidade marital, dependem do contexto social. Em culturas patriarcais, em que as preferências do esposo é que determinam as ações do casal, ou mesmo nas sociedades nas quais a reprodução é uma esfera exclusivamente feminina e é a mulher quem dá palavra final sobre a fecundidade, são exemplos evidentes da atuação do contexto no comportamento reprodutivo da população. Nas sociedades atuais, é comum notificar que a fecundidade do casal é decorrente da prevalência das intenções da parte que tem maior acesso aos recursos socioeconômicos. Dessa forma, cada membro do casal terá intenções de reprodução consequentes do modo como atua no âmbito familiar e da posição que ocupa na sociedade, e a fecundidade final refletirá a intenção daquele membro que tem maior poder de decisão dentro do acordo estabelecido pelo casal, nos casos em que há discordância quanto às preferências de fecundidade. Assim, Voas (2003) argumenta que o tamanho das famílias atual não irá coincidir com as preferências somente das mulheres, mas é fruto de uma interação entre duas preferências separadas, em conjunção com uma série de fatores sociais e comportamentais. O autor ainda indica que as políticas públicas voltadas para o comportamento reprodutivo em muitos países, por conseguinte, só são eficientes se consideram tanto os homens quanto as mulheres, e não apenas as mulheres como agentes independentes (Voas, 2003, p. 644).

No Brasil, país que será examinado nesse trabalho, não existem dados suficientes para avaliar as intenções reprodutivas masculinas e seu papel na fecundidade, e a maioria dos estudos realizados sobre esse assunto utiliza informações extraídas de grupos focais e entrevistas

aplicadas a pequenos subgrupos populacionais, não representativos do total do país<sup>2</sup>. Esses estudos demonstram, todavia, que as características socioeconômicas estão bastante vinculadas com o comportamento e pensamento de homens e mulheres sobre reprodução. Os homens de baixa escolaridade e pertencentes a estratos menos favorecidos, por exemplo, costumam ser os principais provedores, cabendo a eles, também, as decisões de condução da família, ao passo que suas esposas são, geralmente, as responsáveis pelo processo reprodutivo, incluindo o controle da fecundidade (Arihla, 1999; Marcondes, 2008). Para esse estrato social, o tamanho médio familiar é maior, a indesejabilidade da gravidez se faz mais presente, e as mulheres costumam ter um ideal de tamanho da prole um pouco menor que o do homem (Marcondes, 2008). Nas camadas sociais mais abastadas, por outro lado, a participação masculina na contracepção e, portanto, no controle da fecundidade, é maior, bem como nas questões de planejamento familiar (Duarte et al., 2003). E, mesmo que as mulheres continuem arcando com grande parte do ônus de ter filhos, inclusive entre os casais mais escolarizados, a consciência sobre o papel do homem na esfera doméstica, principalmente no que tange ao cuidado com os filhos, é mais visível entre a população com mais escolaridade (Muszkat, 2000).

O país, portanto, apresenta traços de sociedades consideradas tradicionais nesse estudo, uma vez que os papéis de homens e mulheres, tanto no domicílio quanto na sociedade de modo geral, ainda são marcadamente distintos e sempre desfavoráveis às mulheres, mesmo com todos os avanços alcançados no sentido de uma maior igualdade, por meio de um maior empoderamento feminino. Ainda é comum encontrar no Brasil mulheres que tiveram filhos, sem desejá-los, como resultado de influências e pressões dos companheiros, já que são submissas às vontades e desejos sexuais deles (Delgado Crizóstomo et al, 2004; Moreira e Araújo, 2004). Nessas situações, geralmente é o companheiro o responsável pelas finanças da família, mesmo a mulher trabalhando fora e recendo salário, cabendo ao primeiro o comando das decisões familiares e à segunda o cuidado do lar. A dependência da mulher, portanto, faz com que ela aceite as determinações reprodutivas impostas pelo companheiro (Delgado Crizóstomo et al, 2004). E isso se reflete, inclusive, na escolha do método contraceptivo e na frequência do uso (Moreira e Araújo, 2004).

Diante desses elementos, acredita-se que, no Brasil, as intenções reprodutivas de homens e mulheres se relacionam com o contexto em que ambos estejam inseridos, e que a parturição

---

<sup>2</sup> As únicas pesquisas com representatividade nacional que incorporam o universo masculino nas questões de saúde sexual e reprodutiva são aquelas do tipo DHS realizadas no país na década de 90.

final do casal será afetada pela importância que cada uma das partes possui na tomada de decisão sobre a reprodução marital. Com isso, o homem teria um papel importante na definição do tamanho final da prole, juntamente com a mulher.

### **3. DADOS E MÉTODO**

#### **3.1 A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 1996**

A PNDS, realizada no Brasil entre 10 de março de 1996 e 30 de junho do mesmo ano, faz parte da terceira fase do programa mundial de Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS). É uma pesquisa domiciliar, por amostragem probabilística, realizada em duas etapas: primeiramente, tem-se a seleção dos setores censitários, e depois a seleção dos domicílios em cada setor (BEMFAM, 1999). A unidade amostral da PNDS é uma subamostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-95) do IBGE, e foi desenhada para obter resultados representativos e estimativas independentes para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e Regiões do Brasil: Sul, Centro-Leste, Nordeste, Norte (área urbana) e Centro-Oeste (BEMFAM, 1999; Badiani & Camarano, 1998).

Em cada domicílio da amostra foram selecionadas as mulheres de 15-49 anos. Assim, do total de 13.283 domicílios, foram entrevistadas 12.612 mulheres, representando uma taxa de resposta de 86% (BEMFAM, 1999). No entanto, além da pesquisa com a população feminina, a PNDS de 96 contém um questionário aplicado aos homens de 15-59 anos. Estes foram selecionados segundo uma subamostra de 25% dos domicílios pesquisados, e totalizam 2.949 entrevistados, com uma taxa de resposta de 74%, menor que a das mulheres.

O questionário aplicado aos homens é semelhante àquele aplicado para as mulheres, contendo, por exemplo, questões sobre reprodução, anticoncepção, casamento, planejamento da fecundidade e características do entrevistado (BEMFAM, 1999). Contudo, ele é menor que o das mulheres por não conter história de nascimentos, questões sobre saúde da criança e medidas antropométricas (Badiani & Camarano, 1998).

#### **3.2 A unidade de análise**

Nesse estudo, foram selecionados casais cuja esposa tivesse idade igual ou acima de 35 anos. Tal seleção foi feita porque o objetivo é analisar casais que estejam próximos, ou já no final, do período reprodutivo da mulher, e acreditou-se que, a partir dos 35 anos, a mulher já esteja

encerrando a sua reprodução. Aquelas que terão filhos a partir dessa idade serão em número pequeno e não representativo.

Além disso, os casais deveriam ser férteis, já que esse trabalho trata de preferências reprodutivas e sua implementação, portanto, casais em que ou homem, ou a mulher, ou mesmo ambos são inférteis, conquanto tenham intenções e preferências quanto à reprodução, são biologicamente incapazes de implementá-las. A identificação dos casais inférteis se deu através da variável de preferência de fecundidade, na qual há a opção em que os entrevistados (homens e mulheres) se declaram inférteis. Esses foram excluídos, mas o número é bem pequeno, cerca de 7,3% (6,4% mulheres e 0,9% homens) da amostra selecionada.

Os casais em que ou homem, ou a mulher, ou ainda os dois são esterilizados, ao contrário, foram mantidos na amostra. Para esses casais, considera-se que a esterilização é a opção recorrida para não se ter mais filhos. Desse modo, a esterilização representa as intenções ou desejos de um dos cônjuges, ou mesmo de ambos, que concordaram no passado e continuam concordando que não querem ter mais filhos. No entanto, antes da esterilização, esses casais estavam expostos aos mesmos riscos de terem filhos de casais em que ambos são férteis. Vale mencionar, ainda, que a maior parte das mulheres, da amostra selecionada, é esterilizada, compreendendo 60,4%, o que salienta a importância de manter casais em que há esterilização.

A partir dessas restrições, a amostra final foi de 538 casais, férteis, cuja esposa tenha idade igual ou acima de 35 anos. E como a amostra da PNDS é do tipo complexa, foi considerado tanto o peso quanto o desenho amostral para gerar as estimativas corretas, por meio do modelo de Poisson.

### **3.3 O modelo de Regressão de Poisson**

O modelo de regressão de Poisson foi empregado em dois momentos distintos. No primeiro momento, para modelar o número ideal de filhos, reportado por cada um dos cônjuges separadamente, em relação às características socioeconômicas dos entrevistados, a fim de identificar a influência do *background* na declaração sobre a preferência reprodutiva, além de possíveis diferenças entre os cônjuges. Em seguida, o modelo foi aplicado para medir o efeito do número ideal de filhos, atribuído por cada membro do casal, sobre a parturição final da mulher, que representará, nesse estudo, a parturição final do casal, de maneira a captar a interferência das intenções reprodutivas no tamanho final da prole, bem como o peso da decisão de cada membro na determinação do número final de filhos tidos.

A regressão de Poisson pertence à classe dos Modelos Lineares Generalizados (MLG), na qual a variável resposta ( $Y$ ) é modelada como tendo uma distribuição de Poisson, uma distribuição utilizada para modelar variáveis aleatórias com valores inteiros não negativos. O modelo de regressão de Poisson foi considerado o mais apropriado para este estudo, uma vez que são examinadas situações em que a variável resposta é uma contagem e deseja-se estudar a relação dessa variável com as variáveis explicativas ( $X_i$ ).

Seja  $Y$  uma variável aleatória discreta, que assume apenas valores inteiros não negativos. Se a probabilidade de  $Y$  ser igual a um número  $y$  for dada pela fórmula 1, diz-se que  $Y$  tem distribuição de Poisson com parâmetro  $\lambda > 0$  (Faraway, 2006).

$$P(Y = y) = \frac{e^{-\lambda} \lambda^y}{y!} \quad y = 0, 1, 2, 3, \dots \quad (1)$$

Onde:  $\lambda$  é o valor esperado de  $Y$ ;  $y = 0, 1, 2, \dots$ ;  $y! = y(y-1)(y-2)\dots 1$

Normalmente, para analisar a associação entre o parâmetro  $\lambda$  e o conjunto de variáveis explicativas, o modelo de regressão de Poisson é descrito como (Faraway, 2006):

$$\log(\lambda) = \beta_0 + \sum_{i=1}^k \beta_i X_i \quad (2)$$

Onde:  $X_i$  representam as variáveis explicativas consideradas no modelo;  $\beta_0$  é o intercepto. Representa os valores de  $\log(\lambda)$  quando  $X$  é igual a zero;  $\beta_i$ , para  $i > 0$ , são os coeficientes da regressão que representam os efeitos das variáveis explicativas. Por exemplo,  $\beta_1$  mede a variação para cada mudança unitária em  $X_1$ , mantida todas as outras variáveis constantes;  $e^{\beta}$  representa o risco relativo;  $\log(\lambda)$  é a função linear dos  $X$ 's. Desta maneira garante que  $\lambda$  será maior que zero para quaisquer valores de  $X$ 's ou  $\beta$ 's.

Inicialmente, procedeu-se a uma análise univariada. Nessa análise, as variáveis explicativas que apresentaram um p-valor inferior a 0,25 foram consideradas elegíveis para comporem os modelos multivariados. Este procedimento se justifica para evitar que variáveis explicativas importantes sejam excluídas ou que variáveis de confusão sejam incluídas no modelo (Hosmer e Lemeshow, 2000). Em seguida, iniciou-se a construção dos modelos multivariados. Nesses modelos, considerou-se um nível de significância de 5% para manter as variáveis explicativas no modelo final.

### **3.4 As variáveis**

As variáveis empregadas em cada um dos modelos estão discriminadas nos quadros abaixo:

**Quadro 1: Descrição das variáveis do Modelo 1.**

	Nome da variável	Tipo	Categorias	Fonte geradora	Justificativa
Variável resposta	Número ideal de filhos	Numérica contínua	-	Variável "número ideal de filhos" que cada um dos cônjuges declarou que gostaria de ter em toda a sua vida, independente do número de filhos tidos.	Dado que o objetivo do trabalho é avaliar os diferenciais no número ideal de filhos entre os membros do casal, e seu impacto na parturição final, foram consideradas as repostas dadas por cada um separadamente. Isso porque homens e mulheres baseiam suas repostas em diferentes fatores e motivações, e um dos membros, ao reportar o número ideal de filhos em nome da outra parte, pode viesar a resposta por considerar as suas próprias convicções como representativas das do casal.
Variáveis explicativas	Idade	Numérica contínua	-	É obtida através do Century Month Code (CMC) da data de nascimento do entrevistado(a) e do CMC da data da entrevista.	Acredita-se que o aumento na idade, de cada um dos membros do casal, vai afetar o número de filhos que cada um dos cônjuges considera como ideal.
	Escolaridade	Numérica contínua	-	É obtida a partir do grau mais elevado alcançado pelo entrevistado(a), no sistema educacional do país, e pela série mais alta cursada completamente.	A escolaridade dos cônjuges está muito ligada ao sucesso do planejamento familiar e à fecundidade marital. O incremento na educação formal da mulher, por exemplo, aumenta o seu poder de influência nas decisões familiares. E os ganhos nos anos de estudo podem levar a um aumento da comunicação entre os cônjuges e a estratégias mais igualitárias de tomada de decisão dentro do domicílio (Sorenson, 1989). Com isso, a escolaridade vai interferir diretamente nas intenções e nos desejos reprodutivos de cada uma das partes.
	Chefe domiciliar	Categórica binária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esposa</li> <li>• Marido</li> </ul>	Foi obtida por meio da resposta dos entrevistados(a) quando questionados sobre a relação deles com o chefe do domicílio. Mas só foi considerada a declaração como chefe.	A escolha dessa variável se deve ao fato de que o poder de barganha da mulher é diferenciado quando ela é a chefe do domicílio comparativamente quando é esposa o chefe, e isso interfere na sua intenção reprodutiva, e na do marido também.
	Tipo de Trabalho	Categórica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não trabalha;</li> <li>• Trabalho remunerado*;</li> <li>• Trabalho não remunerado**</li> </ul>	Diz respeito somente às mulheres e foi construída considerando o tipo atual de emprego reportado por elas.	Essa variável também é um indicador do poder de barganha da mulher dentro do domicílio, além de apontar sua posição na sociedade. Esse tipo de informação, contudo, não foi incorporado para os homens por se acreditar que ele não tem o mesmo poder de interferência quanto para as mulheres, além de poder ser substituído pela variável "posição no domicílio", nesse caso.
	Status marital atual	Categórica binária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casamento formal;</li> <li>• União consensual (ou coabitação)***</li> </ul>	Considerou-se apenas a declaração da mulher sobre o status marital na época da entrevista.	Foi admitido, nesse estudo, que o tipo de união estaria relacionado ao contexto das relações de gênero em que o casal estaria inserido, afetando, pois, suas decisões acerca da reprodução. Nesse sentido, casais casados formalmente estariam inseridos em um contexto mais tradicional que casais em união estável (ou coabitando).
	Duração do casamento/união	Numérica contínua	-	Obtida através do número de anos que os(as) entrevistados(as) declararam estarem casados(as) desde o primeiro casamento.	A maior parte dos casais amostrados (84% do total) respondeu estar na primeira união. Com isso, tal variável pode ser considerada um bom indicador da duração do atual casamento/união. Ademais, a duração da união, acredita-se, tem um impacto nas intenções reprodutivas de homens e mulheres, podendo ser diferenciadas entre eles.

\* Inclui aquelas que trabalham fora ou trabalham em casa, e recebem pelo trabalho, além daquelas que são autônomas em casa ou fora de casa.

\*\* Inclui as mulheres que trabalham fora ou em casa, mas que não recebem pelo trabalho.

\*\*\* Nesse estudo, união estável e coabitação foram consideradas como sinônimos, já que na própria pesquisa não há categorias distintas para esses dois tipos. Uma discussão envolvendo os diferenciais entre esses tipos de união é encontrada em: Smock, 2000; Xie et al., 2003; Costa, 2004

**Quadro 2: Descrição das variáveis do Modelo 2.**

	Nome da variável	Tipo	Fonte geradora	Justificativa
Variável resposta	Parturição final da mulher	Númerica contínua	Variável "total de filhos tidos, nascidos vivos", reportado pela mulher.	Foi determinada a parturição final da mulher como representativa da parturição final do casal porque se pressupõe que os filhos tidos pelos homens, frutos de outros relacionamentos, não convivem com os pais, portanto, acabam não fazendo parte da parturição do casal. Os filhos tidos pela mulher, frutos de outros relacionamentos, por outro lado, convivem com as mães e integram a família, agregando-se, portanto, à parturição do casal.
Variável explicativa	Número ideal de filhos	Vide Quadro 1. Como se trata de uma variável numérica contínua, foram excluídos da amostra os indivíduos que reportaram um número ideal de filhos muito elevado, acima de 20 filhos, por se considerar que não é compatível com a realidade da população.		

O presente trabalho, nesse sentido, faz uso de uma ferramenta estatística em dois modelos distintos, além de lançar mão da análise descritiva, para, com isso, testar a hipótese, já mencionada, de que o contexto brasileiro, refletido no *background* dos entrevistados, influencia no número ideal de filhos declarado por cada um dos cônjuges, e que essa preferência reprodutiva de cada uma das partes tem impacto na determinação da parturição final do casal.

## 4. RESULTADOS

### 4.1. Análise Descritiva:

A TAB. 1 apresenta uma breve descrição das características selecionadas para cada membro do casal. Para as características que são do tipo contínua, tem-se o valor médio, ao passo que para as características do tipo categórica tem-se a distribuição relativa de cada categoria, por sexo. Com isso, é possível ter uma noção do *background* de cada cônjuge e identificar se há diferença relevante quanto à posição socioeconômica de cada um, e dentro do domicílio.

Os dados demonstram que os cônjuges apresentam semelhanças entre as características selecionadas, já que os valores apresentados são próximos, como no caso da declaração do número ideal de filhos, por exemplo, que apresentou um valor médio maior para os homens, contudo, bem próximo daquele declarado pelas mulheres: as duas partes desejam, em média, 3 filhos. A escolaridade, por outro lado, é maior para as mulheres, mas, no geral, o número médio de anos de estudo é baixo para ambos, e a diferença não é elevada, o que indica que se trata de casais, em sua maior parte, com baixa escolaridade. As mulheres, além disso, são um

pouco mais jovens que os homens e a declaração da duração do casamento/união por elas é, em média, um pouco acima da duração declarada pelos homens.

Algumas informações, no entanto, chamam a atenção. As mulheres declaram, em maior proporção que os homens, estarem em um casamento formal, enquanto que a relação se inverte quando se trata de união consensual: uma proporção maior dos homens declara ser esse o seu status marital, comparativamente às mulheres. Como se trata de casais, esse dado sugere que há uma tendência de declaração do status marital por cada um dos cônjuges, e que essa tendência segue um sentido oposto entre eles: as mulheres tendem a declarar estarem em casamento formal, e os homens, em união consensual.

Outro ponto importante a ser levantado diz respeito à baixa proporção de mulheres que são chefes domiciliares. Conquanto tenham escolaridade um pouco acima da dos seus companheiros e, em sua maior parte, possuam trabalho remunerado, as mulheres continuam ocupando uma posição secundária dentro do domicílio, cabendo ao marido as tomadas de decisões concernentes ao de chefe do domicílio.

**Tabela 1. Descrição sucinta das características selecionadas, por sexo, para casais férteis cuja esposa tenha 35 anos ou mais de idade. Brasil, 1996\***

Características contínuas (N = 538)				
	Mulher		Homem	
	Valor médio		Valor médio	
<b>Idade</b>	40,74		43,51	
<b>Escolaridade</b>	5,76		5,08	
<b>Duração do casamento/união</b>	19,51		19,30	
<b>Número ideal de filhos</b>	3,06		3,11	
Características categóricas				
	Mulher		Homem	
	(%)	N	(%)	N
<b>Status marital atual</b>				
<i>Casamento formal</i>	84,6	455	83,1	447
<i>União consensual</i>	15,4	83	16,9	91
<b>Chefe domiciliar</b>				
<i>Esposa</i>	2,1	11	2,1	11
<i>Marido</i>	97,9	520	97,9	520
<b>Tipo de trabalho</b>				
<i>Não trabalha</i>	33,5	179	-	-
<i>Trab. Remunerado</i>	65,4	349	-	-
<i>Trab. Não-Remunerado</i>	1,1	6	-	-

\*Para as características categóricas, nem sempre o total de casos soma 538, devido à exclusão dos casos missing e, às vezes, de casos que não atenderam aos critérios estabelecidos nesse trabalho. Fonte: PNDS, 1996 (microdados).

As informações apresentadas indicam não parecer haver distinção relevante entre a posição socioeconômica que cada membro do casal ocupa, mas no que tange às características enquanto casal e relacionadas à esfera domiciliar, parece que homens e mulheres apresentam perspectivas diferentes e ocupam posições bem demarcadas.

#### **4.2. A relação entre número ideal de filhos e número de filhos tidos, por sexo, segundo características selecionadas:**

A distribuição da relação entre o número ideal de filhos, declarado por cada cônjuge, e a parturição final do casal, segundo determinadas características socioeconômicas e demográficas, ajuda a delinear os contextos nos quais as preferências reprodutivas de cada membro se divergem do número de filhos tidos, indicando a dificuldade (mais precisamente, impossibilidade) desse membro ao implementar a sua preferência reprodutiva.

No caso das mulheres, é possível perceber, pela TAB. 2, que à medida que se avança nos grupos de idade eleva-se a proporção cujo número de filhos tidos é maior que o número declarado ideal, ou seja, a proporção de mulheres que tiveram mais filhos do que realmente gostariam aumenta, não obstante a maioria delas ter declarado que teve o número de filhos igual ao ideal. No que tange à educação, os dados mostram o que já era esperado, dado a realidade brasileira: aquelas com menor escolaridade têm, em sua maior parte, mais filhos do que gostariam de ter, ao passo que a maior proporção das mais escolarizadas tem o tamanho da prole igual ao declarado como ideal. Ademais, aquelas que não trabalham ou cujo trabalho é remunerado declaram, em maior proporção, como tendo implementado o seu ideal de tamanho da prole, ao passo que entre as mulheres que trabalham, mas não recebem, a maioria teve mais filho que o considerado ideal (TAB. 2).

Para os homens, no entanto, se verifica, por meio da TAB. 3, que os mais jovens apresentam, em baixa proporção, como tendo o mesmo número de filhos que consideram como ideal, enquanto que aqueles inseridos nos grupos etários medianos o declaram em maior proporção, chegando, em alguns grupos, ao redor de 53% do total de entrevistados. No entanto, entre os mais velhos, a maioria declara como tendo mais filhos do que consideram como ideal; no último grupo etário, por exemplo, a proporção é próxima de 64% dos entrevistados. Quanto à educação, a relação entre o número de filhos tidos e o declarado como ideal segue o mesmo comportamento verificado para as mulheres: entre os menos escolarizados prevalece aqueles que não conseguiram implementar as suas preferências reprodutivas, enquanto para os mais

escolarizados predomina a coincidência entre o número de filhos tidos e o desejado. Quanto ao trabalho, nesse estudo não foi considerado essa característica para os homens.

Quando se trata do status marital atual, tanto os homens quanto as mulheres que se declararam estarem casados formalmente, tiveram, em maior proporção, implementadas as suas preferências reprodutivas, já que o número de filhos tidos é igual ao número considerado ideal (TABs. 2 e 3). Na contramão estão os casais em união consensual, cuja maioria dos membros encontra-se entre aqueles que tiveram mais filhos que o ideal. Entre as mulheres isso é ainda mais nítido, pois 53,4% declararam que tiveram mais filhos que o número ideal (TAB. 2). Esses dados sugerem que o tipo de união pode ter relação com a implementação das preferências reprodutivas do casal, já que há distinção clara na distribuição das perspectivas dos cônjuges segundo o status marital.

Além do status marital, a duração do casamento também apresenta uma diferenciação na relação entre o número de filhos tidos e o ideal: entre os cônjuges que estão juntos há pouco tempo (entre as faixas de 0 a 9 anos), há o predomínio daqueles que tiveram menos filhos que o considerado ideal; já entre aqueles cuja duração do casamento/união está compreendida entre os grupos de 10 a 24 anos, prevalece a proporção que declarou como tendo o mesmo número de filhos do número ideal; no entanto, entre os cônjuges casados/unidos há mais tempo, se sobressaem aqueles que declararam terem tido mais filhos que o ideal, já que são a maioria (TABs. 2 e 3). Isso indica que na medida em que aumenta a duração do casamento/união, muda a visão dos parceiros sobre a relação entre parturição final e tamanho desejado da prole, haja vista que os casais com menor duração têm menos filhos, e os casais com mais tempo têm mais filhos, comparativamente ao número considerado ideal.

Outra característica que chama a atenção é a de chefe domiciliar. Os dados das TABs. 2 e 3 demonstram que quando é a esposa a chefe do domicílio, tanto o homem quanto a mulher declaram, em sua maior parte, que tiveram mais filhos que o ideal, sendo que para os homens chega a quase 70% dos entrevistados (TAB. 3), enquanto que a proporção que declarou que teve o mesmo número de filhos do ideal é de quase 30% para as mulheres e nula para os homens (TABs. 2 e 3). Contudo, quando é o marido o chefe, essa última relação é a que predomina: a maioria dos homens e das mulheres declara que tiveram o mesmo número de filhos do ideal (TABs. 2 e 3). Dessa forma, a posição de chefe domiciliar ocupada ou por homens ou por mulheres parece ter ligação com a implementação das preferências reprodutivas do casal. Isso porque no Brasil, são, geralmente, as famílias menos abastadas

aquelas chefiadas por mulheres. No entanto, vale ressaltar que o número de casos em que as mulheres são chefes é muito pequeno, o que pode ter afetado os resultados.

A última característica a ser analisada é a parturição final do casal, que também traz informações interessantes como, por exemplo, o fato de 100% das mulheres que tiveram apenas 1 filho ter declarado que tiveram menos filho que o número ideal, enquanto que esse percentual é um pouco menor para os homens – 93,4% - mas ainda assim elevado (TABs. 2 e 3). Para os casais com parturição final 2, observou-se, também, um grande percentual dos que desejariam ter mais filhos, pois a maioria dos parceiros declarou ter tido menos que o ideal. A situação muda quando a parturição aumenta para 3 ou 4 filhos, em que tanto os homens quanto as mulheres declararam, em maior proporção, terem tido o mesmo número de filhos que o considerado ideal (TABs. 2 e 3). Mas, para parturições elevadas (5 ou 6+ filhos), a proporção predominante foi entre os que declararam ter tido mais filho que o ideal. Esses dados indicam que, em 1996, entre os casais férteis cuja esposa tinha 35 anos ou mais, aqueles que tiveram 3 ou 4 filhos foram os que conseguiram realizar as suas preferências reprodutivas, e que ter tido 2 filhos significava uma parturição abaixo do esperado para ambas as partes do casal. Pode ser que atualmente essa situação tenha se invertido, dados os novos contextos e o contínuo declínio da fecundidade no Brasil.

O exame dos dados das TABs. 2 e 3 leva a crer que as perspectivas de homens e mulheres acerca do tamanho final da prole, em detrimento do tamanho considerado como ideal, se altera conforme se caminha no âmbito das características socioeconômicas e demográficas selecionadas. E essa mudança está em consonância com a realidade brasileira, já que se sabe, por exemplo, que os casais menos favorecidos na sociedade são, usualmente, aqueles que têm maiores chances de ter uma partição final elevada e de não conseguirem realizarem as suas intenções reprodutivas. Daí, quanto menor a escolaridade e maior a parturição do casal, maior é a proporção de homens e mulheres que declaram ter tido mais filhos que o ideal. Nesse sentido, a posição ocupada pelos cônjuges no meio social pode indicar o contexto reprodutivo do casal e, com isso, a perspectiva de cada um sobre a relação entre número de filhos tidos e tamanho familiar ideal. Ademais, os dados mostram que a visão dos cônjuges sobre a reprodução segue uma mesma tendência, ou seja, para uma dada característica, a opinião de ambos tende a se concentrar em uma dada categoria, o que confirma o exposto acima. Assim, é possível acreditar que o contexto social, representado pelo *background* dos indivíduos, esteja relacionado com as perspectivas sobre a realidade reprodutiva que os cercam.

**Tabela 2. Relação entre número final de filhos tidos e número ideal de filhos declarado, segundo características selecionadas, para as mulheres com 35 anos ou mais, dos casais amostrados. Brasil, 1996.**

		Número de filhos tidos <i>VERSUS</i> Número ideal de filhos			Total
		Nº Tidos = Nº ideal	Nº tidos > Nº ideal	Nº tidos < Nº ideal	
<b>Idade*</b>	35-39 anos	43,6%	30,0%	26,5%	100%
	40-44 anos	40,2%	35,2%	24,6%	100%
	45-49 anos	43,5%	40,2%	16,3%	100%
<b>Escolaridade*</b>	0 anos	19,8%	57,2%	23,1%	100%
	1-4 anos	35,3%	43,8%	20,9%	100%
	5-11 anos	50,4%	23,7%	25,9%	100%
	12 anos ou mais	65,3%	10,2%	24,5%	100%
<b>Status marital atual</b>	Casamento formal	46,7%	31,1%	22,1%	100%
	União consensual	15,3%	53,4%	31,3%	100%
<b>Chefe domiciliar</b>	Esposa	26,4%	47,2%	26,5%	100%
	Marido	43,1%	34,1%	22,8%	100%
<b>Duração do casamento/união*</b>	0-4 anos	20,3%	0,0%	79,7%	100%
	5-9 anos	31,1%	15,0%	53,9%	100%
	10-14 anos	50,0%	15,5%	34,5%	100%
	15-19 anos	45,7%	34,3%	20,0%	100%
	20-24 anos	44,8%	36,2%	19,0%	100%
	25-29 anos	32,6%	47,2%	20,3%	100%
	30 anos ou mais	33,6%	52,9%	13,6%	100%
<b>Tipo de Trabalho</b>	Não Trabalha	42,5%	37,0%	20,5%	100%
	Trab. Remunerado	42,7%	32,5%	24,7%	100%
	Trab. Não-Remunerado	23,9%	50,0%	26,2%	100%
<b>Parturição*</b>	1	0,0%	0,0%	100,0%	100%
	2	26,9%	0,0%	73,1%	100%
	3	66,5%	7,4%	26,1%	100%
	4	44,6%	31,8%	23,7%	100%
	5	38,7%	47,0%	14,2%	100%
	6+	24,2%	68,7%	7,0%	100%

\*Tais características, embora sejam empregadas na forma contínua nos modelos de Poisson, nessa análise descritiva aparecem categorizadas. Isso para facilitar o exame das informações.

Fonte: PNDS, 1996 (microdados).

**Tabela 3. Relação entre número final de filhos tidos e número ideal de filhos declarado, segundo características selecionadas, para os homens dos casais amostrados. Brasil, 1996.**

	Número de filhos tidos <i>VERSUS</i> Número ideal de filhos			Total	
	Nº Tidos = Nº ideal	Nº tidos > Nº ideal	Nº tidos < Nº ideal		
<b>Idade*</b>	20-24 anos	0,0%	0,0%	100,0%	100%
	25-29 anos	26,0%	43,8%	30,3%	100%
	30-34 anos	24,5%	38,6%	36,9%	100%
	35-39 anos	53,3%	17,8%	28,9%	100%
	40-44 anos	53,0%	31,5%	15,5%	100%
	45-49 anos	44,1%	41,9%	14,0%	100%
	50-54 anos	40,6%	43,4%	16,0%	100%
	55-59 anos	22,8%	63,7%	13,5%	100%
<b>Escolaridade*</b>	0 anos	32,4%	47,7%	19,9%	100%
	1-4 anos	41,7%	41,0%	17,4%	100%
	5-11 anos	52,1%	29,9%	18,0%	100%
	12 anos ou mais	49,9%	13,4%	36,7%	100%
<b>Status marital atual</b>	Casamento formal	47,3%	35,1%	17,6%	100%
	União consensual	27,8%	41,6%	30,5%	100%
<b>Chefe domiciliar</b>	Esposa	0,0%	67,7%	32,3%	100%
	Marido	45,8%	35,7%	18,5%	100%
<b>Duração do casamento/união</b>	0-4 anos	0,0%	39,0%	61,0%	100%
	5-9 anos	27,6%	17,8%	54,6%	100%
	10-14 anos	53,2%	21,2%	25,6%	100%
	15-19 anos	54,3%	29,3%	16,4%	100%
	20-24 anos	49,0%	36,6%	14,4%	100%
	25-29 anos	38,6%	48,4%	13,0%	100%
	30 anos ou mais	19,8%	69,2%	11,1%	100%
<b>Parturição*</b>	1	6,6%	0,0%	93,4%	100%
	2	32,8%	15,0%	52,2%	100%
	3	74,5%	7,2%	18,4%	100%
	4	48,1%	38,5%	13,5%	100%
	5	43,8%	48,8%	7,4%	100%
	6+	24,6%	65,3%	10,1%	100%

\*Tais características, embora sejam empregadas na forma contínua nos modelos de Poisson, nessa análise descritiva aparecem categorizadas. Isso para facilitar o exame das informações.

Fonte: PNDS, 1996 (microdados).

#### **4.3. O número ideal de filhos, reportado por cada um dos cônjuges, em relação às características socioeconômicas dos entrevistados, e o efeito da declaração do número ideal de cada um sobre a parturição final do casal:**

A fim de verificar a importância do *background* dos entrevistados na declaração sobre o número ideal de filhos, empregou-se, inicialmente, o modelo univariado para cada sexo,

relacionando cada característica selecionada com a variável resposta. Nesse modelo, ficou demonstrado que o status marital atual não foi significativo para nenhum dos cônjuges – p-valor de 0,91 para as mulheres e de 0,69 para os homens – (TAB. 4), enquanto que a característica de chefe domiciliar foi significativa no modelo dos homens, mas não o foi para o das mulheres (TAB. 4). A variável de duração do casamento/união foi significativa nos modelos univariados de ambos os sexos, porém, ela apresentou uma alta correlação com a variável idade.

Calculou-se a correlação entre essas duas variáveis e obteve-se um resultado de 66,6% para as mulheres e 76,8% para os homens, valores elevados. A presença dessas duas variáveis explicativas no modelo multivariado poderia gerar a multicolinearidade, um problema que afeta a variância das estimativas. Por conseguinte, devido ao poder explicativo parecido em relação à variável resposta “número ideal de filhos”, optou-se por deixar apenas a variável idade no modelo multivariado.

Todas as outras características apresentaram significância, ao nível de 25%, para ambos os modelos (TAB. 4).

**Tabela 4. Análise univariada das características socioeconômicas e demográficas em relação ao número ideal de filhos declarado por cada um dos cônjuges, para casais férteis cuja esposa tenha 35 anos ou mais de idade. Brasil, 1996**

	Nº Ideal de filhos declarado					
	Mulher			Homem		
	Coefficiente	Exp (coeficiente)	P-valor	Coefficiente	Exp (coeficiente)	P-valor
<b>Idade</b>	0,01875	1,01893	0.00203 *	0,01284	1,01292	0.000701 ***
<b>Escolaridade</b>	-0,02383	0,97645	0.000 **	-0,03183	0,96868	0.000***
<b>Status marital atual</b>						
<i>Casamento formal (ref)</i>	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
<i>União consensual</i>	-0,00794	0,99209	0,91400	-0,02935	0,97108	0,69100
<b>Chefe domiciliar</b>						
<i>Esposa (ref)</i>	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
<i>Marido</i>	-0,00997	0,99008	0,95400	0,58220	1,78997	0,0120*
<b>Duração do casamento/união</b>	0,01959	1,01979	0.000 ***	0,00786	1,00789	0.0575 .
<b>Tipo de trabalho</b>						
<i>Não trabalha (ref)</i>	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
<i>Trab. Remunerado</i>	-0,07378	0,928876	0,46900	-0,01715	0,982996	0,21 .
<i>Trab. Não-Remunerado</i>	0,178780	1,195758	0,166 .	-0,44067	0,64361	0,75000
<b>N = 538</b>						

Nota: . p<0,25; \*p<0,05; \*\*p<0,001; \*\*\*p< 0,000

Fonte: PNDS, 1996 (microdados).

A partir da análise univariada, portanto, foi estabelecido o modelo multivariado distinto para cada um dos cônjuges, considerando as características que foram significativas no primeiro modelo:

- Para as mulheres: idade, escolaridade e tipo de trabalho;
- Para os homens: idade, escolaridade, chefe domiciliar e tipo de trabalho (da mulher).

Nesse modelo, entretanto, a variável “tipo de trabalho” não foi estatisticamente significativa, ao nível de 5%, para nenhum dos cônjuges. Por isso, ela não consta entre as estimativas finais. Logo, a TAB. 5 representa o modelo multivariado final estimado para cada um dos cônjuges, considerando apenas as variáveis que foram significativas.

Os dados da TAB. 5 indicam uma associação positiva e significativa entre a idade da mulher e o número ideal de filhos declarado por ela. Assim, o aumento da idade da mulher aumenta em 1,6% o número médio de filhos declarado como ideal, mantendo constante a escolaridade. Para os homens, o efeito é parecido, mas um pouco menor: o aumento na idade do marido eleva ao redor de 1% o número médio de filhos declarado como ideal, mantendo constante a escolaridade e a variável de chefe domiciliar. No que se refere à escolaridade, por outro lado, a associação é negativa: o aumento dos anos de estudos da esposa diminui em 2,2% o número médio de filhos declarado como ideal, mantendo constante a idade. Enquanto isso, para o marido, o aumento da escolaridade diminui em 2,8% o número médio de filhos declarado como ideal, mantendo constante a idade e a variável de chefe domiciliar.

Essas informações sugerem, assim, que as duas características influenciam na declaração dos cônjuges em sentido contrário, dado que o aumento na idade tende a elevar o número médio de filhos declarado como ideal por cada um, enquanto que o aumento na escolaridade tende a diminuir o número médio declarado como ideal, sendo seu efeito maior que o da idade. Isso está em concordância com a realidade brasileira, haja vista que a preferência reprodutiva dos indivíduos mais escolarizados é frequentemente menor que a preferência dos menos escolarizados, como consequência da inserção diferenciada na sociedade, incluindo maior acesso às informações e métodos ligados à contracepção e melhores oportunidades de emprego, o que acaba influenciando na decisão de ter filhos. Quanto ao efeito da idade no aumento do número médio declarado, ele pode estar relacionado com a parturição e a duração do casamento/união, que tenderiam a favorecer a declaração do tamanho ideal da prole maior.

No modelo multivariado para os homens, a variável de chefe domiciliar também tem importância: se o marido for o chefe domiciliar aumenta ao redor de 60% o número médio

ideal de filhos declarado por ele, em comparação se a esposa for a chefe (TAB. 5). Nesse sentido, pode-se imaginar que os homens se sentem mais seguros em ter um tamanho da família maior quando são eles os chefes dos domicílios. No entanto, vale mencionar que o fato de essa variável ser significativa para os homens e não o ser para as mulheres pode se dever ao pequeno número de mulheres que são chefes na amostra selecionada nesse estudo.

**Tabela 5. Declaração do número ideal de filhos por cada um dos cônjuges, segundo características selecionadas, para casais férteis cuja esposa tenha 35 anos ou mais de idade. Brasil, 1996**

Nº Ideal de filhos declarado (Modelo 1)			
	Coefficiente	exp(coeficiente)	p-valor
<i>Mulher</i>			
<b>Idade</b>	0,016	1,016	0,008111**
<b>Escolaridade</b>	-0,022	0,978	0,000357***
<b>Intercepto</b>	0,553	1,739	0,033683*
<i>Homem</i>			
<b>Idade</b>	0,011	1,011	0,0062**
<b>Escolaridade</b>	-0,029	0,972	7.3e-06 ***
<b>Chefe Domiciliar</b>			
<i>Esposa (ref)</i>	1,000	1,000	1,000
<i>Marido</i>	0,467	1,595	0,0451*
<b>Intercepto</b>	0,297	1,346	0,289

**N = 538**

Nota: \*p<0,05; \*\*p<0,001; \*\*\*p< 0,000

Fonte: PNDS, 1996 (microdados).

O modelo multivariado acima descreve o poder das características socioeconômicas e demográficas sobre o número de filhos declarado ideal por cada um dos membros do casal. Através desse primeiro modelo, é possível perceber que a influência do *background* se faz por meio de poucas variáveis.

O segundo modelo, por sua vez, estima a relação entre o número ideal de filhos declarado por cada um dos cônjuges e a parturição final da mulher, que representa a parturição final do casal. Contudo, primeiramente, buscou-se verificar a possibilidade de uma correlação entre essas variáveis, já que é documentada a existência de uma influência mútua entre preferência reprodutiva e parturição, o que poderia comprometer os resultados obtidos.

Averiguou-se, de antemão, que a relação entre essas variáveis não era linear. Com isso, foi calculado o coeficiente de correlação de *Spearman*, um coeficiente que utiliza as posições das observações e não os valores observados, que gerou, para as mulheres, uma correlação de

0,177 e, para os homens, uma correlação de 0,335. Esse resultado demonstra que não existe associação entre as variáveis examinadas, tanto para homens quanto para as mulheres.

A partir do resultado encontrado, executou-se o segundo modelo multivariado, que ademais de conter o efeito do número ideal de filhos declarado por cada cônjuge na parturição final, também abarcou a influência da relação entre as declarações na variável repostada. Esse segundo modelo está explicitado na TAB. 6, cujas variáveis explicativas foram todas significativas a um nível de significância de 5%.

As informações contidas nessa tabela demonstram que o aumento do número de filhos declarado ideal pela mulher eleva em 4,3% a parturição média do casal, mantendo tudo o mais constante. No caso do marido, o aumento do número ideal de filhos eleva em 6,2% a parturição média do casal, com tudo o mais constante. Com esses dados, percebe-se que o aumento no número ideal de filhos declarado pelo marido tem um impacto positivo maior que o aumento no número ideal declarado pela esposa.

Ao se examinar a relação entre as declarações da esposa e do marido, verifica-se que quando o número ideal declarado pela mulher é maior que o número declarado pelo homem, a parturição média do casal tende a aumentar em 20,3%, em comparação quando o número declarado entre os cônjuges é igual (TAB. 6). Do mesmo modo, quando o número ideal de filhos declarado pela mulher for menor que o número declarado pelo homem, a parturição média do casal aumenta em 28,1%, em detrimento do número igual declarado por ambos, considerando as outras variáveis constantes (TAB. 6).

Esses dados parecem indicar que o número ideal de filhos declarado pelo marido tem uma importância na definição da parturição final média do casal, uma vez que tende a elevar o número de filhos tidos com maior expressão que a preferência reprodutiva declarada pela esposa. E quando há diferença entre os cônjuges, o número ideal declarado pelo marido ser maior que aquele declarado pela esposa tem um efeito positivo superior e mais significativo na parturição final média do casal, do que mostra a relação contrária, em comparação com a situação em que ambos concordam sobre o número ideal.

Assim, conquanto o *background* mostrou-se pouco influente na definição do número de filhos considerado ideal por cada um dos cônjuges no primeiro modelo, essa última variável parece impactar positivamente o tamanho médio final da prole no segundo modelo, com o homem exercendo papel relevante.

**Tabela 6. Relação entre parturição final do casal e número ideal de filhos declarado por cada um dos cônjuges, para casais férteis cuja esposa tenha 35 anos ou mais de idade. Brasil, 1996**

<b>Parturição final do casal (Modelo 2)</b>			
	<b>Coefficiente</b>	<b>exp(coeficiente)</b>	<b>p-valor</b>
<b>Nº ideal de filhos - Mulher</b>	0,043	1,043	0.000526 ***
<b>Nº ideal de filhos - Homem</b>	0,060	1,062	2.51e-06 ***
<b>Relação entre o Nº ideal de filhos da mulher e do homem</b>			
<i>Mulher = Homem (ref)</i>	1,00	1,00	1,00
<i>Mulher &gt; Homem</i>	0,184	1,203	0.004062 **
<i>Mulher &lt; Homem</i>	0,248	1,281	0.000230 ***
<b>Intercepto</b>	0,829	2,291	< 2e-16 ***
<b>N = 538</b>			

Nota: \*p<0,05; \*\*p<0,001; \*\*\*p< 0,000  
 Fonte: PNDS, 1996 (microdados).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil vivencia, desde o início do processo, queda constante em suas taxas de fecundidade. Como consequência, o tamanho médio familiar está cada vez menor, devido ao reduzido número de filhos que os casais passaram a ter. Contudo, esse fenômeno não foi observado de modo homogêneo entre os distintos estratos socioeconômicos do país. A redução da fecundidade foi mais notória entre as classes mais abastadas, já que são nelas que as informações sobre planejamento da fecundidade eram mais difundidas e acessíveis, e a aquisição de meios contraceptivos era facilitada. Atualmente, no entanto, a redução do número de filhos tidos também atinge outros estratos, inclusive aqueles menos favorecidos: a diferença de fecundidade entre as menos escolarizadas e as mais escolarizadas, por exemplo, caiu de 4,5 filhos para 1,8 filhos entre 1970 e 2000 (Simões, 2006).

Esse novo cenário que se delineia no Brasil, em que há uma tendência de regularização do comportamento reprodutivo para todos os estratos sociais e regiões geográficas (Santos, 1990; Simões, 2006), ajuda a entender o fato de que quase nenhuma variável socioeconômica e demográfica utilizada no primeiro modelo ter sido estatisticamente significativa para explicar a variação no número ideal de filhos declarado pelos cônjuges, sugerindo que o contexto influi pouco na preferência reprodutiva de cada uma das partes. De todas empregadas, a que teve maior significância e maior influência foi a escolaridade, o que está em concordância com a realidade ainda presente: o acesso à educação formal de qualidade é diferenciado em

todo o país e exclusivo a um contingente pequeno da população, e é esse contingente que tem vantagem no mercado de trabalho e melhor inserção na sociedade, de maneira geral, além de possuir a fecundidade mais baixa. Dessa forma, é possível imaginar que a melhoria na oferta de educação formal de qualidade para todos, homens e mulheres, pode ter um efeito de reduzir ainda mais a fecundidade total do Brasil.

Nesse sentido, mesmo o país caminhando para uma uniformização do comportamento da fecundidade entre todas as classes socioeconômicas, o contexto no qual ela ocorre é bem distinto: entre os casais menos favorecidos, por causa da má qualidade de vida, a redução da fecundidade poderia ser uma estratégia à sobrevivência, já que ter filho requer um investimento pecuniário e de tempo elevado. E entre os mais abastados, a redução estaria ligada à manutenção do elevado padrão. E como são esses últimos que têm maiores condições de adquirir informação e métodos contraceptivos, são eles que conseguem, na maioria das vezes, implementar suas preferências reprodutivas. Entre os primeiros, por sua vez, é mais comum verificar casais que têm mais filhos que gostariam, ou seja, que não conseguem atingir a suas preferências reprodutivas, como os resultados aqui apresentados demonstram.

Vale mencionar, também, que homens e mulheres parecem ter a mesma perspectiva reprodutiva quando inseridos no mesmo cenário socioeconômico, dado que as respostas de ambos sobre tamanho da prole alcançado e sobre o ideal apresentam comportamento semelhante, para uma dada característica. Isso indica que a questão do *assortative mating* tem grande influência na determinação do tamanho final da prole, e que, por isso, merece atenção no estudo da fecundidade. Ademais, é importante procurar em outras esferas explicações para as possíveis diferenças, entre os membros do casal, quanto às intenções reprodutivas, que vão além do contexto socioeconômico.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito aos homens ser, em quase sua totalidade, os chefes domiciliares na amostra selecionada, e de a relação entre número de filhos tidos e número de filhos ideal, para cada cônjuge, ser diferenciada quando o marido é o chefe ou quando o é a esposa. Isso parece mostrar que a esposa tem um papel secundário dentro do domicílio, mesmo com a maioria delas possuindo trabalho remunerado e uma escolaridade média um pouco acima da do marido, já que poderia compartilhar a chefia domiciliar, mas, por questões culturais e sociais talvez, acaba transferindo essa responsabilidade ao marido. Além disso, a situação sobre preferência reprodutiva parece ser mais favorável quando são os homens os chefes, tanto na perspectiva da esposa quanto na do próprio marido, indicando que o contexto da chefia domiciliar pode dar mostras da situação (socioeconômica e cultural) em que se

encontra a família e impactar, assim, a parturição do casal e a relação entre filhos tidos e o número de filhos ideal para cada cônjuge.

Quanto ao papel do homem na definição da parturição do casal, ele ficou explicitado no segundo modelo. A preferência reprodutiva do marido tende a elevar o número médio final de filhos tidos em maior proporção que a preferência reprodutiva da esposa. E quando há divergência entre as preferências dos cônjuges, o número ideal declarado pelo marido tem um efeito maior na parturição final do casal, quando este número é acima daquele declarado pela esposa. Dessa maneira, é possível imaginar que na situação em que o marido deseja ter mais filhos que a esposa, a sua preferência reprodutiva terá mais impacto no número de filhos que o casal terá do que nas situações em que ambos concordam ou em que a mulher deseja um número de filhos maior. Interessante seria compreender quais os motivos guiam as preferências reprodutivas de cada um e verificar se há diferenciação entre os cônjuges.

Considerando que a maioria dos casais estudados é composta por pessoas de baixa escolaridade, por chefes domiciliares do sexo masculino e com uma duração do casamento/união relativamente longa, acredita-se que, nesse contexto, o homem tem uma autoridade maior na condução do comportamento reprodutivo do casal, já que o poder de barganha da mulher dentro do domicílio é pequeno, por isso, quando o número ideal de filho declarado pelo primeiro é maior comparativamente ao da esposa, a parturição final aumenta. No entanto, vale lembrar que, desde 1996 – ano a que se referem os dados obtidos – até os dias atuais, a escolaridade média da população brasileira aumentou, a proporção de chefia feminina se tornou notória e, principalmente, a mulher passou a dotar de um poder de barganha dentro do domicílio, muitas vezes, equiparado ao dos homens, respaldado pela melhor condição socioeconômica e por amparo legal, ambos conferindo à mulher liberdade de decisão no que tange à esfera domiciliar. Com isso, espera-se uma melhoria no processo de conscientização de homens e mulheres sobre questões reprodutivas e uma difusão do uso de meios de planejamento da fecundidade, cabendo essa responsabilidade a ambos, e não mais somente às mulheres. Ademais, crê-se numa homogeneidade da preferência reprodutiva entre os cônjuges e uma parturição final refletindo cada vez mais o desejo compartilhado dos dois, e cada vez menos o do chefe domiciliar ou da parte com mais acesso aos recursos socioeconômicos.

Daí ser importante que políticas públicas voltadas para a área de saúde sexual e reprodutiva passem a considerar como público alvo não apenas as mulheres, mas também os homens, dado que eles exercem relevante efeito na definição da parturição e podem contribuir, em

grande medida, para uma implementação das preferências reprodutivas mais eficaz pelo casal. As relações de gênero, no Brasil, não podem ficar reduzidas a uma discussão teórica, com pouca aplicação. Esse estudo procura mostrar, através de dados empíricos, que essas relações fazem parte do cenário brasileiro, e entende-se que elas não perderam importância mesmo na atualidade.

Cabe enfatizar, entretanto, que os resultados encontrados não esgotam a discussão sobre o papel da dinâmica familiar e das relações de gênero nas preferências reprodutivas do casal, pelo contrário, servem para salientar a necessidade de estudos mais aprofundados sobre esse assunto. Por exemplo, no que tange à dinâmica familiar, sabe-se que quando os papéis de homens e mulheres dentro do domicílio são igualitários, principalmente no que diz respeito ao cuidado com os filhos, a fecundidade é mais alta, o que leva a crer que a implementação da preferência reprodutiva ocorre de modo mais eficaz e que essa preferência é maior que nas sociedades em que a dinâmica familiar é mais tradicional. É o que ocorre na Suécia e na Itália: dois contextos distintos que se refletem no comportamento da fecundidade, já que o primeiro país, caracterizado por ser bastante igualitário, cujas políticas de bem-estar social são direcionadas ao indivíduo e não à família, apresenta nível de fecundidade bem acima do da Itália, país marcadamente tradicional em que a responsabilidade dos afazeres domésticos e de cuidado com os filhos recai sobre as mulheres (Livi Bacci, 2001; Hoem, 2005). Mas, para o Brasil, que ainda apresenta traços tradicionais, não existem evidências sobre a influência da dinâmica familiar na preferência reprodutiva dos cônjuges.

A partir dos resultados encontrados pretende-se, em um estudo futuro, abordar de maneira mais completa esse tópico, a fim de esclarecer se o papel do homem e da mulher, dentro do domicílio, afeta as suas intenções reprodutivas; verificar se num contexto em que o homem participa mais das atividades domésticas e de cuidado com o filho a preferência de cada uma das partes do casal é diferente do contexto com características tradicionais; notificar qual a importância das relações de gênero intradomiciliares na implementação das preferências reprodutivas. Não obstante essa questão ser complexa e delicada, e requerer um estudo mais direcionado, esse trabalho a tratou apenas superficialmente, uma vez que as limitações de dados e de espaço suficiente para discussão impediram uma análise pormenorizada. E isso será interessante até mesmo para verificar a eficácia das políticas sociais voltadas para esse tópico, e mostrar que direções elas devem tomar para atingirem os objetivos a que se propõem. As discussões e questionamentos ainda poderão servir para estudos sobre o papel

das instituições Estado, mercado e família no comportamento da fecundidade, tomando uma perspectiva macro no condicionamento das preferências reprodutivas e seu alcance.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARILHA, M. (1999). *Homens, saúde reprodutiva e gênero: O desafio da inclusão*. In: Questões de Saúde Reprodutiva (K. Giffin & S. Costa, org.), pp. 455-467, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

BADIANI, R. e CAMARANO, A. A. (1998). *Homens Brasileiros: Percepções, Conhecimentos e Atitudes em Saúde Reprodutiva*. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, Anais, p. 925-943.

BECKER, G. S. (1991). *A treatise on the family*. Cambridge ; Harvard University, 288p.

BECKER, S. (1996). *Couples and reproductive health: A review of couple studies*, Studies in Family Planning 27 (6): 291-306.

BEMFAM (1999). *Comportamento e Intenções Reprodutivas da População Masculina*. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Rio de Janeiro, BEMFAM, 71 p.

COOMBS, L. C. and CHANG, M-C. (1981). *Do husbands and wives agree? Fertility attitudes and later behavior*, Population and Environment 4(2): 109-127.

DELGADO CRIZÓSTOMO, C.; JESUS SOBRA, C. S.; SAMPAIO NERY, I. (2004). *Saúde Reprodutiva: as relações de gênero no planejamento familiar*. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem [em línea], vol. 8. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=127718062012>. Acesso em: 21-08-2012.

DUARTE, G. A., DE ALVARENGA, A. T., OSIS, M. J. D., FAÚNDES, A. e DE SOUSA, M. H. (2003). *Participação masculina no uso de métodos contraceptivos*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(1): 207-216.

FARAWAY, J. J. (2006). *Extending the linear model with R: generalized linear, mixed effects and nonparametric regression models, 2006*. Published by Chapman & Hall/CRC.

FORSTE, R. (2002). *Where are all the men?: A conceptual analysis of the role of men in family formation*. Journal of Family Issues 23(5): 579-600.

FREEDMAN, R., FREEDMAN, D. S. and THORNTON, A. D. (1980). *Changes in fertility expectations and preferences between 1962 and 1977: relation to final parity*. Demography, 17(4): 365-378.

FREJKA, T., SARDON, J-P. (2007). *Cohort birth order, parity progression ratio and parity distribution trends in developed countries*. Demographic Research Vol. 16: 315-374.

- HOEM, J.M. (2005). Why does Sweden have such high fertility?. MPIDR Working Paper WP-2005-009. Rostock, Max Planck Institute for Demographic Research. 15pp.
- HOSMER, D. W. and LEMESHOW, S. (2000). *Applied logist regression*. New York: Wiley.
- LIVI BACCI, M. (2001). Too few children and too much family. *Daedalus*, 2: 139-155.
- MARCONDES, G. S. (2008). *Um filho para cada mulher: intenções e comportamentos reprodutivos de um grupo de homens recasados*. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, Anais , 20 pp.
- MCDONALD, P. (2000). *Gender Equity, Social Institutions and the Future of Fertility*. Journal of Population Research, 17 (1): 1-16.
- MILLS, M., MENCARINI, L., TANTURRI, M. L. and BEGALL, K. (2008). *Gender equity and fertility intentions in Italy and the Netherlands*. Demographic Research, 18 (1): 1-26.
- MOREIRA, M. A. C.; ARAÚJO, J. N. G. (2004). Planejamento familiar: autonomia ou encargo feminino? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 3, p. 389-398.
- MORGAN, S.P. (1985). *Individual and couple intentions for more children: a research note*. Demography 22(1): 125-132.
- MUSZKAT, M. E. (2000). *Quando Três é Melhor do que Dois*. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, Anais, 26 pp.
- PHILIPPOV, D., THÉVENON, O., KLOBAS, J., BERNARDI, L., LIEFBROER, A. C. (2009). *Reproductive Decision-Making in a Macro-Micro Perspective (REPRO). State-of-the-Art Review*. Vienna: Vienna Institute of Demography of the Austrian Academy of Sciences, 99p.
- PURR, A., OLÁH, L. S., TAZI-PREVE, M. I. and DORBRITZ, J. (2008). *Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century*. Demographic Research 19(56): 1883-1912.
- RYDER, N. (1973). *A critique of the National Fertility Study*. Demography 10(4): 495-506.
- SANTOS, T. F. (1990). *Tendências recentes da fecundidade na região Nordeste e regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador*. In: VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Águas de São Pedro, Anais, p. 91-110.
- SIMÕES, C. C. S. (2006). *A transição da fecundidade no Brasil: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas*. São Paulo: Arbeit Factory Editora e Comunicação, 140 p.
- SORENSEN, A. M. (1989). *Husbands' and Wives' Characteristics and Fertility Decisions: A Diagonal Mobility Model*. Demography 26 (1):125-135.
- TESTA, M. R., CAVALLI, L. and ROSINA, A. (2011). *Couples' childbearing behaviour in Italy: which of the partners is leading it?* Vienna Yearbook of Population Research Vol. 9: 157-178.

THOMSON, E. and HOEM, J. M. (1998). *Couple childbearing plans and births in Sweden*, Demography 35 (3): 315-322.

THOMSON, E. (1997). *Couple childbearing desires, intentions, and births*, Demography 34(3): 343- 354.

THOMSON, E., MCDONALD, E. and BUMPASS, L. L. (1990). *Fertility desires and fertility: Hers, his, and theirs*, Demography 27(4): 579-588.

VOAS, D. (2003). *Conflicting preferences: a reason fertility tends to be too high or too low*. Population and Development Review 29(4): 627-646.